



DESMISTIFICANDO O “MITOS E VERDADES” DA PETROBRÁS



PCR

SOMOS CONTRA

- Cargos genéricos
- Legalização do desvio da função
- Divisão da categoria em dois planos
- Fim do avanço de 18 meses por mérito automático
- Fim dos 24 meses de avanço automático por antiguidade com passagem para cinco anos
- Estagnação da carreira
- Não reconhecimento da qualificação profissional (pós graduação, mestrado, doutorado etc)
- Falta de isonomia
- Assédio e transferências forçadas
- Extinção de cargos e terceirização da atividade fim
- Desmante da empresa e privatização
- Demissão coletiva (uso do PCR para não cumprir adequadamente a cláusula 42)

A direção da empresa ao invés de responder de forma clara aos questionamentos dos trabalhadores, tenta desqualificá-los como “mitos” e fakenews. O não envolvimento dos sindicatos na construção deste PCR e o histórico da alta direção em termos de políticas trabalhistas e desmante da empresa também alimentam a desconfiança. Cuidado com os “fakesgerentes”!

O QUE QUEREMOS

- Cancelamento do PCR
- Negociação coletiva de novo plano de cargos
- Tabela única e progressão até o nível 470 para todos no NM
- Mobiliza Contínuo para todos
- Abono para todos
- Verbas não divididas entre valor monetário para topados, promoção e avanço



Queremos um debate com a empresa no EDISE transmitido pela web tv entre RH e FNP sobre o PCR.



Fragilização da categoria com assinatura de acordo individual. A empresa quer esvaziar nosso ACT. Após o PCR, haverá outro processo igualmente atropelado, o de remuneração variável.

MUDANÇA DO CONTRATO DE TRABALHO

A alteração do cargo é feita no contrato de trabalho, que não estará mais vinculado diretamente ao concurso realizado. Na própria comunicação a empresa admite isso. No regimento a empresa evidencia casos em que o empregado não poderá aderir ao PCR, por exemplo, quando o contrato de trabalho está suspenso justamente por que não teria como alterar o contrato.

**ATO DIA 12/07 ÀS 12H30 EM FRENTE AO EDISE.
NÃO AO PCR, EQUACIONAMENTO E A PRIVATIZAÇÃO!
VEJA NA PÁGINA 2, A ORGANIZAÇÃO DA LUTA POR LOCAL DE TRABALHO.**

CENPES PEDE SOCORRO



Pesquisadores do Cenpes realizaram ontem a terceira reunião para analisar o papel do grupo de trabalhadores da área e traçar estratégias de desenvolvimento que melhorem o desempenho do Centro de Pesquisas, produzindo saberes não apenas para a indústria do petróleo, mas que possam beneficiar toda a sociedade brasileira. Os encontros são quinzenais, sempre no Cepe-Fundão, às 11h30. O próximo será na terça-feira, 24 de julho.

No encontro de ontem, diante do amadurecimento das pautas já debatidas, o grupo indicou que seja feita uma aproximação e discussão conjunta com a estrutura formal do Cenpes. Esta aproximação poderá se dar através de um encontro com GTEC e RH, visando incentivar a troca de conhecimentos e debater sobre como utilizar internamente a verba que deve ser aplicada em PD&I segundo regulamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Os pesquisadores entendem a necessidade urgente de se rever o atual processo de alocação desta verba.

REUNIÕES SETORIAIS

UNIDADE	GRUPO	DIA / HORA
CENPES	ADM/port 1	17/07 ÀS 11H30
TABG	ADM	17/07 ÀS 6H30
TEBIG	ADM	será atualizado no site
TRANSPETRO /SEDE		17/07 ÀS 12H30
EDIHB		16/07 ÀS 12H30
EDISE		12/07 ÀS 12H30 e ATO NACIONAL
EDICIN		11/07 ÀS 12H30
VENTURA		16/07 ÀS 12H30
SENADO		16/07 ÀS 12H30
TBG		será atualizado no site

TURNOS: O Sindipetro-RJ estará nas entradas conversando com os trabalhadores nos próximos dias.

De acordo com uma entrevista concedida ao Valor Online pelo Gerente Executivo (GE) do CENPES, a Petrobras investe cerca de R\$ 2 bilhões por ano em pesquisa e desenvolvimento. Ainda, de acordo com o executivo, o crescente volume de produção de óleo e gás da empresa aumenta o valor a ser investido em pesquisa, segundo as regras da ANP: é a conhecida “obrigação com a ANP” ou “PEP 78”. O GE também entende que “o setor depende da inovação”, especialmente diante dos desafios que induzem à transformação digital e, ao mesmo tempo, são trazidos por ela.

Enquanto isso, historicamente percebemos o sucateamento do CENPES, ao mesmo tempo em que cifras consideráveis da “obrigação” destinam-se predominantemente às universidades e agora também contemplarão o desenvolvimento de *start ups* (empresas de base tecnológica).

Entendemos que nada há de negativo em investir em universidades e empresas brasileiras de inovação tecnológica, desde que não se perca o foco no próprio CENPES, cujos laboratórios estão cada vez mais defasados e a infraestrutura assustadoramente precária.

O incêndio do prédio 20, ocorrido no dia 22/6/18, é um exemplo gritante da necessidade urgente de investimento no Centro de Pesquisas. Uma construção “adoecida” há mais de 15 anos (problemas no sistema de refrigeração, em instalações elétricas, nas condições de segurança dos trabalhadores, etc.) e que vinha sendo alvo de constantes e não cumpridas promessas de revitalização/retrofit foi subitamente (e finalmente) interditada por causa de um incêndio que poderia ter causado mortes.

Até agora, o que foi apurado mostra que o sinistro se iniciou, provavelmente, por conta de um curto circuito ocorrido em uma tomada do laboratório da PDEP/TEE, a qual já havia apresentado o mesmo problema há cerca de um ano.

Extintores de incêndio que não funcionaram adequadamente, armazenamento inadequado de inflamáveis líquidos, material provavelmente inadequado no revestimento do teto, dificuldade para retirar os extintores de seus suportes, uma brigada em constante mudança e que desconhece a Unidade, uma equipe de segurança alheia à localização dos recursos necessários para combater um incêndio e totalmente despreparada diante de uma emergência, áreas inteiras desguarnecidas de seus poucos operadores para que os mesmos pudessem colaborar no combate ao incêndio...

Recebemos denúncias de que a brigada não conseguia sequer engatar as mangueiras no sistema de água e teve de ser auxiliada em praticamente tudo. Todas estas constatações apenas deixam patente que o Centro de Pesquisas da Petrobras pede socorro. Mas dinheiro não falta!

ERRATA

Na edição do Boletim 78 foi publicada, erradamente, na matéria ‘RMNR: tire suas dúvidas’, a informação de que o tempo de carência para utilização dos serviços do Departamento Jurídico do Sindipetro-RJ para novos associados seria de 6 meses. Na verdade, o Sindicato esclarece que o tempo correto é de 60 dias (dois meses).

Sindipetro RJ

Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro
www.sindipetro.org.br
(21)3034-7300/7326

Comunicação: Antony, Carla Marinho, Coaracy, Eduardo Henrique, Gustavo Marun, Natália | (21)3034-7307/7337

Edição e redação: André Lobão (MTb 28.307-RJ) e Regina Quintanilha (MTb 17.445-RJ).

Secretaria: Ronaldo Martins | **Diagramação:** Adriana Gúlias

Projeto Gráfico: Caio Amorim | **Impressão:** MEC | **Tiragem:** 7.000